

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_,  
profissão \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à \_\_\_\_\_,

DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da lei, que **não possuo curso superior concluído**, não tendo colado grau em qualquer instituição de ensino superior, pública ou privada, no território nacional ou no exterior.

Declaro, ainda, que a presente informação é verdadeira, estando ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar as sanções legais cabíveis, inclusive nas esferas administrativa, civil e penal.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante

#### Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984).

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.